Opinião

Mais crédito para o produtor paulista



Mônika Bergamaschi*

O DIVERSIFICADO agronegócio paulista continua sendo a tábua de salvação da economia, apesar das dificuldades decorrentes de problemas de mercado, coordenação de cadeias, logística, falta de planejamento e de políticas públicas. São Paulo lidera a produção nacional de vários produtos, sendo os mais expressivos: cana-de-açúcar, etanol, açúcar, laranja, suco de laranja, borracha natural, frutas de mesa, hortaliças e ovos.

Das 324 mil unidades de produção agropecuária do estado, 53% são de pequeno e médio porte, com até 20 hectares. Para atender especificamente esta parcela, o governo de São Paulo tem incrementado o FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista –, para apoiar financeiramente os produtores rurais, suas associações e cooperativas.

São vinte e nove linhas de crédito, com juros de 3% ao ano. O pagamento em dia garante um bônus de adimplência e reduz a taxa para 2,25%. Melhor do que isso, só o financiamento com juros zero, disponível no Pró-Trator II e no Pró-Implementos. Nenhum outro estado da Federação oferece benefício semelhante.

Para atender mais e melhor, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento tem buscado inovar, com a criação de novos produtos e adequação dos existentes. No mês de setembro, o limite da maioria das linhas foi dobrado e passou para R$ 200 mil. Na mesma direção, foi aumentado de R$ 600 mil para R$ 800 mil o teto de renda bruta agropecuária anual, critério que seleciona os produtores rurais que possuem aptidão ao FEAP.

Foram definidos novos critérios para a concessão de prorrogação das dívidas da citricultura, em razão das dificuldades de comercialização das últimas safras. Até mesmo o produtor que fez uso do benefício em 2012 poderá pleitear nova prorrogação. No escopo da linha para renovação de pomares de citros, elevada para R$ 200 mil, o citricultor poderá optar apenas pelo financiamento para erradicação do pomar e, nesse caso, contará com R$ 80 mil. A linha de custeio emergencial está mantida nesta safra.

Para financiamento de máquinas e equipamentos comunitários, os valores também mudaram, e muito. Alguns produtos foram incluídos, como a colhedora de cana-de-açúcar, até o limite de R$ 1 milhão. Para as demais, o valor passou de R$ 200 mil para R$ 600 mil, inclusive para caminhões de carga, antes não financiáveis.

Outra grande novidade é a linha Agricultura Irrigada Paulista, com limite de R$ 500 mil. O uso racional dos recursos hídricos é essencial para a construção de uma atividade sustentável, e mais de 90% da água utilizada pelo sistema de agricultura irrigada retornam ao ciclo hidrológico. O objetivo é minimizar os efeitos climáticos, proporcionar estabilidade de renda no meio rural, além de diversificar a produção, incentivando, inclusive, a adoção dos sistemas integrados.

Nos últimos dois anos, o governo paulista concedeu aos pequenos e médios produtores para custeio, investimento e aquisição de máquinas e implementos mais de R$ 150 milhões, além de R$ 34,7 milhões em subvenções ao prêmio, para desenvolver a cultura do seguro rural. Em julho, o governador Alckmin sancionou a lei de renegociação das dívidas do FEAP, e as regras para adesão serão publicadas em outubro. Com esta medida, milhares de agricultores poderão quitar seus débitos à vista ou em até seis anos, com significativos abatimentos de juros, livres de multas e mora, e voltar a tomar recursos para desenvolver suas atividades produtivas.

Essas mudanças, seguramente, beneficiarão os produtores rurais paulistas e resultarão em mais desenvolvimento, empregos e renda. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo